

A exploração capitalista está baseada na ignorância e desunião dos trabalhadores. Impõem-se, pois, a união e a instrução.

A FEDERAÇÃO

ORGÃO DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

Int. Institut
Soc. Geschiedenis
Amsterdam

Editor responsável - LEÃO ROSAS

Direcção - Largo de S. Domingos, 11

Numero avulso - 100 réis

MANIFESTO

AO OPERARIADO DO RIO DE JANEIRO -- AO POVO

Mais um 1º DE MAIO vem despertar no animo dos trabalhadores o espirito de solidariedade e chamar a sua attenção para o grande problema social, que hoje agita a humanidade.

E' um dia de festa? Muitos assim o crêm, e, pela maneira com que se commemorou até agora aqui no Rio facilmente se pôde deduzir que por tal o têm a maioria dos trabalhadores, ignorando o acontecimento que deu origem a esta commemoração por parte do operariado universal. Passemos, pois, a narrar o, embora succintamente, afim de que ninguém lhe desconheça a origem e possa então commemorar o conscientemente.

No dia 1º de Maio de 1888, preparada pela poderosa federação denominada «Os Cavalheiros do Trabalho», rebentou em Chicago, America do Norte a primeira greve geral, para conquistar a jornada maxima de oito horas de trabalho.

A unanimidade com que o operariado de Chicago respondeu ao appello, não deixava duvidas sobre o resultado final da primeira tentativa de melhoras que aquella forte agrupação tinha resolvido levar á pratica. Mais de dois milhões de trabalhadores de todos os officios, poucos dias depois de declarada a greve tinham conseguido completa victoria.

A burguezia americana, porém mal se conformava com a ou sadia de seus escravos, e, escudada e favorecida pelo governo, que como os dos demais paizes, tem por unica e exclusiva missão de defender os interesses dos capitalistas contra os dos trabalhadores, lançou mão de todos os meios, os mais vis, para poder conter no seu inicio o primeiro e mais bello dos movimentos que os operarios tinham levado a cabo para conseguirem uma das mais infimas melhorias, que não era senão o inicio de outras muitas que o proletariado americano, como o proletariado do universo, se propunha e se propõe conseguir para chegar á sua completa emancipação economico-politica.

Dahi, pois, a intervenção brutal da policia em todas as reuniões effectuadas pelos trabalhadores em greve, chegando até a atacar violentamente uma manifestação de 600 mulheres pertencentes ao ramo de alfaiataria.

Para protestar contra taes brutalidades, foi, pelos trabalhadores, organizado um comicio que se celebrou na praça Haymarket. O comicio, ao qual tinha concorrido grande numero de trabalhadores, proseguia na maior ordem. No momento, porém, que um dos oradores terminava seu discurso, de um posto policial immediato partiram em formatura e de armas embaldadas cerca de 800 policias, que ao mando de um capitão, irrompeu no meio da multidão com o proposito de dissolver pela força a reunião.

Quando era eminente o ataque da policia cruzou pelo espaço um corpo luminoso que, cahindo entre a primeira e segunda companhia dos ditos policias, produziu um estrondo formidavel. Mais de setenta policias cahiram feridos, e morto um delles.

O loucura apoderou-se de tal modo da burguezia americana, que milhares e milhares de cidadãos foram violentamente arrancados de seus domicilios e encerrados nos carceres.

Um processo infame foi instaurado e comprou-se a peso de ouro os jurados para que condemnassem os individuos que mais se tinham distinguido por sua intelligencia e zelo pela causa do proletariado, condemnando se á pena capital cinco delles e tres a galés perpetua.

Sete annos depois deste horrivel drama, o governador de Illinois, Aitgeld, proclama abertamente perante o mundo inteiro, a innocencia das oito victimas da burguezia - Spies, Parsons, Fischer, Engel, Linng, Neeb, Schwab e Fielden; estes tres ultimos, ainda vivos, foram postos em liberdade.

Tal é, pois, o acontecimento que em 1889 em um congresso operario celebrado em Paris se accordou commemorar todos os annos e em todo o mundo, pela abstenção total do trabalho como acto de solidariedade para com as ideias d'aquelles nossos companheiros de Chicago e como protesto contra o assassinato d'aquellas cinco primeiras victimas do odio burguez.

Companheiros, Trabalhadores:

E' pois para commemorar esta grande data; é para patentear a nossa firme vontade de proseguir na luta por aquelles bravos iniciada, os quaes, na hora da morte, por um ultimo sorriso significaram a seus algozes que tinham a certeza que a sua obra proseguiria, que a FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE e as associações que assignam o presente manifesto, vos convidam a comparecer ao grande comicio popular que se realizará no dia 1º de Maio de 1905, e no qual varios companheiros farão uso da palavra, discartando sobre o significado da data que se commemora.

QUE NINGUEM TRABALHE NO DIA 1º DE MAIO!

QUE NINGUEM FALTE AO GRANDE COMICIO! QUE SE REALIZARÁ NO

Largo de S. Domingos

- Liga dos Artistas Alfaiates
- Centro Internacional dos Pintores
- Associação de Classe União dos Chapeleiros
- Sociedade de Carpinteiros e Artes Correlativas
- Centro Geral dos Foguistas
- Associação de Classe União dos Pedreiros
- Associação de Classe União dos Manipuladores de Tabaco
- Associação dos Operarios em Pedreiras
- Associação de Resistencia Marinheiros e Remadores
- União dos Recebedores em Ferro-Carris
- Associação de Classe União dos Estudadores
- Centro dos Operarios Marmoristas
- Liga das Artes Graphicas

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES
DE CLASSE

Itinerario da Manifestação:

A manifestação sae ao meio dia da sede do Centro dos Operarios Marmoristas praça Tiradentes 71 junto a Secretaria do Interior, segue pela Avenida Passos passando pelas sedes das associações que tem as suas sedes nesse perimetro as quaes irão se incorporando á manifestação, em seguida entra pelas ruas da Imperatriz e Saúde até a sede dos Marinheiros e Foguistas, na volta, Avenida Central, Assembléa, Carioca, Praça Tiradentes lado do Derby, Avenida Passos e Largo de S. Domingos onde terá logar o grande comicio Operario.

Questão Económica

A questão económica é, indubitavelmente, a causa principal de todos os acontecimentos que, durante os últimos anos, a esta parte do mundo.

Diariamente registra a imprensa burguesa graves parcas e geraes que, a uma, clamam contra a injustiça que preside, nas modernas sociedades, à distribuição da riqueza, e que, de maneira a mais viva, comovem a opinião publica. Apesar das afirmações em contrario feita pela imprensa burguesa, é facto averiguado que o advento do moderno machinismo e o crescente movimento industrial, tanto na Europa como na America, tornar pungente e dolorosa como nunca o foi, a existência dos trabalhadores; os quaes, procurando minorar esta situação horrivel, dão todos os dias nascimento a novas aggragações e associações que se propõem a solução do magno problema.

Mas, já devido à ignorancia da generalidade dos trabalhadores sobre este assumpto como sobre tantos outros, já devido à introdução no seu seio de especuladores e farçantes politicos, os fins a que deviam responder taes associações têm sido totalmente tergiversados. E, si não procurarmos modificar semelhante estado de cousas os ingentes esforços feitos por trabalhadores abnegados e sinceros, tornam-se não inteiramente viáveis.

No elevado intuito, pois, de contribuir para esclarecer os nossos companheiros de todo o Brasil sobre taes factos, meios de luta e fins de suas associações e aproveitando o ensejo que nos offerece a comemoração do 1.º de Maio, publicamos a seguir o esplendido folheto de Emilio Pouget intitulado «Bases do Syndicalismo», o qual muito aproveitará ao proletariado. Devemos acrescentar que este folheto foi editado pela federação dos Syndicatos Operários da França, tendo produzido entre aquellos nossos camaradas os melhores effeitos como guia de seus passos na luta pela emancipação económica. Chamamos, portanto para elle toda a attenção do operariado brasileiro e estamos certos de que, d'ora avante, tal obra não deixará de figurar não só nas bibliotecas das associações operarias, como de todos os companheiros estudiosos.

BASES DO—SYNDICALISMO

Seus princípios. — Lutas operárias

A demonstração desta luta permanente da classe operária contra o Estado, teria evocar o martirio do povo. Bastaria para indicar a verdade e a constancia deste antagonismo, algumas balizas históricas:

Menos de dois annos depois da tomada da Bastilha (junho de 1793), a burguesia, por meio da sua Assembleia Constituinte, despojava a classe operária do direito de associação que esta acabava de conquistar revolucionariamente (lei Chapelier, votada a 17 de junho de 1793).

Os trabalhadores só tinham visto na revolução a aurora da libertação económica. Tinham pensado que queimando as barreiras do imposto (12 de julho de 1789), destruiriam todas as barreiras. E, bom acrescentar que, dois dias depois do incêndio das barreiras de Paris, a Bastilha foi tomada de assalto, não por ser prisão politica, mas por ser um perigo para Paris insurgido, como em 1871, o foi o Monte-Valeriano.

Os operarios, tomando a luta os ditramos dos panfletarios, julgavam-se livres dos estorvos do antigo regime. Começaram, pois, a agrupar-se para resistir à exploração patronal e depressa formularam reivindicações precisas. A burguesia provou-lhes logo que a Revolução era unicamente politica e não económica. Elaborou leis repressivas, como os trabalhadores careciam de consciencia e experiencia, como a sua agitação era confusa e ainda incoerente, não foi difficil travar esse movimento.

Não se suponha que a lei Chapelier foi um «expediente» e que os que a votaram ignoravam o seu alcance social. Para não fazerem enquistar esta interpretação fantástica, objectam que os revolucionarios da epo-

ca não protestaram contra essa lei. O seu silencio demonstra simplesmente que ignoravam o lado social da Revolução que viam, e não passavam de puros democratas. Não admira tanta falta de perspicacia, porque hoje mesmo vemos pretendidos socialistas que também não são mais que simples democratas.

Demais, a provar que os parlamentares de 1793 sabiam o que faziam, está o facto de, meses depois, em setembro, a Constituinte completar a lei Chapelier, que só prohibia a associação aos operarios industriais, com uma lei que a prohibia aos trabalhadores agricolas.

A Constituinte não foi afinal a única a manifestar o seu odio pela classe operária. Todas as assembleias posteriores se esforçaram por apertar os laços que prendiam o operário ao patrão. Mais, achando pouco terem posto o trabalhador na impossibilidade de discutir e defender os seus interesses, as assembleias burguesas fizeram tudo para agravar a má situação dos proletários, pondo-os sob a completa dependência da propria politica.

A propria convenção não mostrou mais sympathia pela classe trabalhadora. Em novembro do anno II legislava «contra as collisões entre operarios das diferentes manufacturas, por escritos ou por emissários, para provocar a cessação do trabalho...» Esta attitude da convenção, cujo revolucionarismo é tão gabado, indica-nos claramente que as opiniões politicas nada têm que ver com os interesses economicos. O que o leitor mais preciso ainda é que, apesar da mudança das formas governamentais — indo do democratismo da Convenção ao autocratismo de Napoleão I, ao monarchismo de Carlos X, ao constitucionalismo de Luiz Philippe — nunca se atenuou a severidade das leis editadas contra os trabalhadores.

Durante o Consulado (anno XI — 1803) foi forjada uma nova cadeia de escravidão: o *livre-estado*, que instituiu a *matrícula* da classe obrera. Depois, com a sua sciencia de rúbulas manhosas e canaúas, os juristas consultos que elaboraram o código que ainda sofremos arrastar tanto e tão bons laços para ligar e amarrar o proletariado, que Luiz XVIII e Carlos X, herdeiros dessa bagagem, pouco tiveram que acrescentar.

Entretanto, a despeito das severas interdições legais, os trabalhadores entendiam-se, agrupavam-se e, sob formas andinhas, como mutualidades, — constituíam syndicatos embrionários que organizavam a resistencia. De tal modo que, multiplicando-se as collisões e as greves, o governo de Luiz Philippe exaggerou as penalidades da lei contra as Associações (834). Mas o impulso estava dado. Este movimento de severidade legal não deteve o impulso operário. Apesar da lei, as *associações de resistencia* multiplicaram-se, sobre vindo um periodo de crescentes agitações e de greves numerosas.

A revolução de 1848 foi a resultante desse movimento. E o que mostra bem o predominio do alcance económico das jornadas de fevereiro, é que as questões economicas vieram à frente. Infelizmente, os agrupamentos corporativos eram inexperientes, e os operarios, das cidades ignorantes dos camponeses — o vice-versa. De modo que em 48 os camponeses não se mexeram, não comprehendendo o movimento operário, assim como em 1851 os operarios não comprehendiam a tentativa de revolta camponesa que Napoleão III esmagou. Não obstante essas causas de malogro, — e não foram as únicas! — todos os melhoramentos então adquiridos deveram-se à força operária: foram as vontades operarias que a Comissão do Luxemburgo exprimiu a que o governo provisório teve de registrar na lei.

Nas primeiras horas da revolução, a burguesia amedrontada mostrou-se conciliadora — para salvar o capital — disposta a sacrificar algumas migalhas de privilégios. Tranquilizada em breve, tanto pela inocenciação no povo do virus politico, sob o especulativo do suffragio universal, como pela insistencia das organizações corporativas, mostrou-se tão feroz como grande fora o seu terror. Os morticínios de junho de 48 foram, para ella, uma primeira satisfação. Pouco depois, em 1849, os representantes do povo, — para accentuar bem que eram simplesmente representantes da burguesia, — legislavam contra as collisões, que eram prohibidas e punidas com as penas já estipuladas pela lei de 1810.

Mas assim como o reactionarismo de Luiz Philippe não travou o movimento operário, assim também não puderam travar a reacção republicana e o governo napoleónico que lhe sucedeu. Sem se preocuparem muito com a forma de governo, bem como com a prohibição de se unirem, os agrupamentos corporativos iam desenvolvendo-se, em numero e em força, a ponto de arrancarem, pela sua pressão sobre os poderes publicos, a sanção legal para os melhoramentos e liberdades conquistadas, graças ao seu vigor revolucionário.

Foi assim que, por meio do que chamamos hoje a «acção directa», o direito de colligação foi, em 1864, arrancado ao Cesarismo.

Os trabalhadores de todas as corporações tinham chegado a agrupar-se, a colligar-se, a fazer greve, sem fazer caso algum da lei. Entre todos, distinguim-se os tipógrafos pelo seu temperamento revolucionário e uma das suas greves foi (em 1862, em Paris) o incidente decisivo que trouxe o reconhecimento do direito de colligação. O mesmo cego, como todos os governos — imaginou matar a agitação dando um grande golpe: realizaram-se prisões em massa, toda a comissão de greve e também os mais activos entre os grevistas. Este excesso de arbitrariedade, longe de atterrar, sobreexaltou a opinião publica; resultou d'elle uma tal corrente de indignação que o governo teve de capitular e de reconhecer aos trabalhadores o direito de colligação. Este resultado foi unicamente devido à pressão exterior. Seria difficil que- rer attribuir o mérito d'elle a deputados do partido da liberdade, pois o parlamento não os continha.

Tal conquista estimulou a organização syndical que se tornou tão rapidamente irresistível que o Estado não teve remedio sendo reconhecer de facto em 1864 a liberdade syndical, por uma circular imperial que dizia: «Para a organização das Camaras de operarios em syndicatos, a Administração deve deixar aos proprios interessados inteira liberdade de apreciação...»

Entretanto, desenvolvia-se a «Associação Internacional dos Trabalhadores» que, definitivamente constituída em 1863, após varias tentativas infructíferas, irradiava sobre a Europa occidental e abria novos horizontes à classe trabalhadora. Horizonte que a grande crise de 1871 ia obscurecer...

Fiquemos aqui, para não nos alongarmos demasiado, e tiremos deste resumo retrospectivo as conclusões logicas:

Resulta das precedentes balizas históricas que ao alvorecer do actual regime em 1791, o governo, — como defensor dos privilégios burgueses, — negou todos os direitos economicos ao operariado, de modo a fazer d'elle uma poeira de individuos, de sumidos e portanto facilmente exploráveis. Depois vemos a classe obrera sair do estado caótico em que a burguesia queria mantê-la — vem a agrupar-se no terreno económico, sem preocupações politicas. Vemos também o governo, — de qualquer etiqueta, — tentar deter a onda proletária; depois, não o tendo conseguido, resolve-se a sancionar os melhoramentos ou as liberdades adquiridas pelos trabalhadores.

Um facto domina, pois, essas agitações, esses embates sociais: exploradores e exploradores, governados e governantes têm interesses muito de que distintos opostos ha entre elles *toda a classe*, no sentido rigoroso da expressão.

Depois, resalta ainda da rapida exposição feita a explicação do movimento *syndicalista* ou associativo, isento de todo contigao parlamentar, e a justificação do agrupamento dos trabalhadores sobre o sólido terreno económico, base de todo progresso real.

A base do accordo social

Demonstrado que o movimento syndicalista ou associativo do século XX, no ponto de vista historico, a consequencia normal dos esforços da classe operaria do século XIX, resta examinar o valor des e movimento no duplo ponto de vista philosophico e social. Estabelecamos primeiramente, em rapidas linhas, as premissas:

O HOMEM É UM ANIMAL SOCIÁVEL. Não pode — e nunca pôde — viver isolado na natureza. É impossivel conceber a sua existencia a não ser agrupado em sociedades. Por mais rudimentares que tenham sido os primeiros aglomerados humanos, sempre foram associações.

Não é verdade que, como ensinava J. J. Rousseau, theorico da servidão democratica, tenham os homens vivido, antes de se reunirem em sociedades, no «estado de natureza», d'onde só hajam podido sahir abdicando, por «contracto social», uma parte dos seus direitos naturaes. Essas puérilidades, hoje desacreditadas, gozavam de grande favor no fim do séc. XVIII. Ellas inspiraram os burguezes revolucionarios de 1789 — 93 e continuam a ser o fundamento do direito juridico e das instituições que nos suffocam. Por erroneos que sejam os sofismas de Rousseau, têm a vantagem de dar um verniz philosophico ao principio de autoridade e de ser a expressão theórica dos interesses da burguesia. Eis porque esta d'elles se apropriou: basculou a alibual-os em «declarações dos direitos do Homem», e em artigos do código, para ter um perfeito breviário de exploração e domínio.

Não é tão pouco verdade o que darwinistas proclamam: que a sociedade seja um perpetuo campo de batalha onde a regra unica, entre humanos, é a *luta pela existencia*. Esta theoria, tão monstruosa como falsa, dá uma tintura de hyprocrista sciencia a ás peores explorações. Com ella se explica que o explorador é um *forte*, produto da seleção natural, ao passo que o explorado é um *fraco*, produto da seleção natural (naturaes também), só lhe resta vegetar ou desaparecer, conforme os *fortes* tiverem interesse n'uma ou n'outra d'essas soluções.

Se é certo que a *luta pela existencia* contribuiu para o progresso das especies inferiores, não menos certo é que, quando sob influencias varias, intervem, n'umadeterminada especie, o *acordo* para o bem do grupo, o *acordo* para a *luta pela existencia* desloca-se: a *luta* já não se manifesta entre os individuos da especie associada; é desde então contra as especies vizinhas e concorrentes. Foi o que se deu com o animal humano. Se, nas remotas idades primitivas, elle não se houvesse solidarizado com os seus semelhantes, nunca teria saído da animalidade. Para o homem, pois, a *socialidade* apresenta-se como a condicção expressa não só de *progresso* mas ainda de *vida*.

Este *acordo* para a *luta*, longe de constituir para o ser humano uma diminuição de individualidade, foi para elle o meio de augmentar e de multiplicar o seu poder de bem-estar. O exame das condições reaes da vida na especie humana, leva pois a negação das theorias postas em voga pelas classes dominantes, — theorias apenas destinadas a facilitar e justificar a exploração e a oppressão das massas populares.

Efectivamente, — embora com camalhães theoricos — as duas doutrinas (democratismo à Rousseau do século XVIII e darwinismo burguez do século XIX) chegam à mesma conclusão: proclamam o espirito de sacrificio e ensinam que «a liberdade de cada um tem por limit a liberdade d'outrem». Graças a ellas é que o espirito de sacrificio, desacreditado em sua expressão religiosa, adquiriu fama tornando-se um principio social. Essas doutrinas, em tal abandono, adquirem a esperança de gozar os direitos que sobreviveram ao sacrificio.

Os povos modernos, embaldados por essas metaphysicas — uma de aprença sciencia e outra de mascara democratica — curram a espinha e acceitam o sacrificio. E lio reprehendidos e doutrinas foram que ainda hoje claudicam que se presumem intellectualmente emancipadas acceitam como axioma indiscutível que a *liberdade de cada um tem por limite a liberdade d'outrem*.

Esta formula mentirosa não resiste ao exame. Ella proclama nada menos do que um perpetuo e constante antagonismo entre o homem. Se fosse exacta, teria sido impossivel o progresso, porque a vida haveria sido um continuo combate de feras raiosas, e como a Besta Humana só em detrimento de seus semelhantes teria podido satisfazer os seus interesses, teria sido a *luta*, a guerra, a ferocidade sem limites. Ora, a despeito de todas as theorias criminosas que dão a sociedade como um campo de batalha, e os homens como só capazes de viver uns a custa dos outros, e dilacerando-se e devorando-se diariamente, houve progresso e apesar de tudo, floresceu a ideia de solidariedade. Triunphou, pois, os instintos de harmonia social sobre os da *luta pela vida*.

A esta denuncia objecta-se que o Estado foi um agente de progresso e que a sua intervenção foi moralizadora e pacificadora. Esta allegação completa os sophismas acima citados. «A ordem», creada pelo Estado, apenas consistiu em comprimir e opprimir — em provelto de uma minoria privilegiada, — a grande massa popular que, para se tornar mais docil, foi levada a crer que a abdicacão de uma parte dos seus «direitos naturaes» era o primeiro acto de «contracto social».

A definição burguesa da liberdade, que consagra a escravidão e a miséria, é preciso oppor a formula contraria, que é a exacta expressão da verdade social e que deriva do principio fundamental do *acordo* para a *luta*: «a *liberdade de cada um augmenta ao contacto da liberdade d'outrem*. Esta definição, de inequivoca evidencia, é a unica que explica o progressivo desenvolvimento das sociedades humanas. A força expansiva do principio de *acordo* para a *vida* tem uma potencia dinamica superior ás forças de divisão, de repressão e de esmagamento de que dispõem as minorias parasitarias. Eis porque progrediram as sociedades. Eis porque ellas não têm sido unicamente campos de carnificina, ruínas e dor!

Temos interesse em nos convencermos desta noção de liberdade, para que nos tornemos radicalmente refractarios à inculcação dos sophismas burguezes; e ainda para comprehendermos que, como o indica a palavra *socialidade*, o principio motor da humanidade é o *acordo* para a *luta* — a Associação.

Comprehendamos igualmente que a sociedade é a somma dos individuos que a constituem e que ella não tem vida propria e independente fóra d'elles. É absurdo, por consequencia, procurar uma felicidade social fóra da felicidade individual dos seres humanos que compõem a sociedade.

O grupo productor, nucleo social

Reconhecido como eixo social o *acordo* para a *luta*, a intelligencia para a *vida*, segue-se que o modo de aggragação da sociedade é o *agrupamento*, o *grupo* que

a expansão do indivíduo não seja contrariada, para que siga sempre uma linha ascendente, é preciso que a forma de agrupamento esteja em completa relação com as funções económicas, que, para o ser humano, se apresentem em sob dois aspectos irreduzíveis:

- 1.º CONSUMIDOR;
- 2.º PRODUTOR.

Nasce o homem consumidor, — torna-se produtor. Tal é o processo normal.

Consumidor, — o deve cada um poder ser à sua vontade, tendo apenas em conta, nesta função, as suas necessidades, cuja satisfação se subordina forçosamente às possibilidades. O consumo é a medida do desenvolvimento social: quanto mais intenso for para cada um, mais elevado é o nível do bem-estar.

Não é segundo essas indicações que se pratica o consumo na sociedade actual. Muito longe de ser livre, está submetido a proibições e obstáculos que só por dinheiro se evitam. Ora como o «dinheiro» é acumulado pela classe dirigente, e, ali, graças aos privilégios de que goza, consome a seu capricho. Em compensação, o trabalhador, que tornou consumíveis os produtos naturais — e isto em proveito do capitalista que o assalariou, — é colocado na impossibilidade de consumir a seu gosto. Esta iniquidade é intolerável. E monstruoso que alguém — salvo as crianças, os doentes e os velhos — possa consumir sem produzir. E ainda monstruoso que os produtores reais sejam privados da possibilidade de consumo.

Embora o consumo seja mais importante que a produção, — pois que se consume muito antes da produção, — não a organização social há necessidade de inverter os termos, pondo a produção no ponto de partida.

O PRODUTOR é a base de tudo, desempenha a função orgânica essencial, graças à qual se perpetua a sociedade. E a célula inicial da vida económica o são o seu contacto e o seu acordo com os produtores cuja acção se exerce no mesmo plano que o seu — isto é, mesma indústria, mesmo ofício, esforço similar, — que vão revelar o laço de solidariedade cuja rede se estende à colectividade humana.

Esta necessária e lógica interligação entre produtores realiza o AGROPAMENTO na produção, pedra angular da sociedade. Nenhuma outra forma de agrupação tem este carácter de necessidade: todas são de essencial secundária. Só elle é primordial e inelutável, só elle se apresenta como o núcleo social, o centro da actividade económica. Mas, para que a função do grupo de produção se exerça normalmente, deve elle constituir um engrandecimento do indivíduo e nunca, sob qualquer pretexto, resultar numa diminuição da sua autonomia.

A discriminação do papel primordial representado na sociedade pelo produtor o grupo de que elle faz parte nessa qualidade, é sem dúvida relativamente nova. A coordenação de interesses e a comunidade de aspirações entre os produtores, coordenados segundo as suas necessidades, actividades profissionais e tendências não foram em todas as épocas, tão longéguas como hoje. A compreensão dos fenómenos sociais era estorvada pela ignorância, sem contar que o desenvolvimento económico não adquiria a acuidade que tem actualmente. Outro impedimento a esta compreensão provinha da sobrevivência do papel preponderante anteriormente representado pelo agregado familiar. Num momento de progresso da humanidade, — quando ella se compunha quasi exclusivamente de tribus de caçadores e pastores — a família desempenhava, com effeito, a função de núcleo social. Penosamente explicável pelo facto de, nessas remotas idades, a produção — tanto industrial como agrícola, — quasi não transpor o círculo familiar, de modo que, bastando esse agrupamento às necessidades rudimentares, não viera ainda a ircoas modificar as condições de existência.

Hoje, essas condições sofreram tal transformação que é impossível considerar a família como núcleo orgânico. Seria o mesmo que legitimar todas as escravaturas, pois que todas derivam logicamente da autoridade que o chefe de família proclamava ter em virtude da sua força e da sua ancestralidade.

Ninguém pensa afinal nesta regressão. Foi noutra direcção que a burguezia, ao alvorecer da sua revolução do 89, tentou aguilhoar as tendências para a sociabilidade do povo. Querendo carne de trabalho, — docil, flexível, maleável e privada de toda força de resistência, — despedaçou os laços de solidariedade real da corporação, sob pretexto de extirpar o privilégio do ofício, favorecidos pelo antigo regime. Depois, para preencher o vazio que acabava de fazer nas consciências populares e para evitar o renascimento da ideia de associação com base económica que ella temia, manobrou para substituir os laços de solidariedade efectiva, resultantes da identidade de interesses, os laços fictícios e illusórios do civismo e do democraticismo.

A religião que tinha servido aos poderosos da terra para suffocar e reprimir as tendências para o melhoramento que impulsionavam o povo, passou ao segundo plano. Não que a burguezia desdenhasse o poder embrutecedor desse freio; mas considerava-o um sistema fora da moda e tendo feio o seu tempo. Jactou-se então de voltar-lhe, e comento ao mesmo tempo piores, sugeriu à classe operaria superstições e pelo menos tão deprimentes como o cristianismo. *Soberania popular!* *Liberté!* *Paix!*... tornaram-se os ideólos da moda.

O freio patriótico

Na direcção civil, a burguezia exaltou a sentimentalidade patriótica. Os laços ideológicos que ligam os homens nascidos, graças ao acaso, entre as fronteiras variáveis dum território determinado, foram engrandecidos como os mais sagrados. Ensinou-se, sem rir, que o mais bello dia da vida dum patriota é aquelle em que elle tem o prazer de se fazer matar pela pátria. Essas proposituras eram para illudir o povo, impedindo-o de reflectir sobre o valor philosophico do virus moral que lhe inoculavam. Graças ao barulho das cornetas, dos tambores, dos cantos guerreiros e das fanfaronadas nauticas, amestram-n'o na arte de defender o que elle não tem: o *património*. O patriotismo só se explica com um quinhão do haver social para todos os patriotas indistinctamente, e nada mais absurdo que um patriota sem *património*. E entretanto o que se decide a ser o proletario que não possui uma nega do solo nacional; segue-se que o seu patriotismo é um effeito sem causa, — um caso patologico portento.

No antigo regimen, a carreira militar era um officio como qualquer outro (unicamente mais barbaço) e o exercito, onde muito pouso se fazia vibrar a corda do patriotismo, era uma mixórdia de mercenários «marchando» pela paga. Depois da Revolução, imaginou-se o *imposto de sangue*, o *serviço obrigatorio*... para o povo. Era uma dedão da hypothese que, desde então, a patria seria «de todos»; ora, ella continuou a ser «de alguns», que graças ao novo systema, resolveram o problema de fazer prolegos dos proprios privilegios pelos outros, — pelos espoliados do *património*.

Aqui, com effeito, apparece uma formidável contradicção. Os laços de nacionalidade, — de que se forma tangível a militarização, — que, segundo se diz, devem tender à defesa dos interesses communs de um resultado diametralmente opposto: comprimem as aspirações da classe operaria.

Não é tanto a fronteira ideologica, encerrando os povos em inglezes, francezes, alemães, etc., que o exercito vigia; principia a fronteira de *reserva* assim de manter os pobres encerrados na miséria. D'aqui resulta que os sentimentos civicos, são anti-sociaes no mais alto grau; accell-os como base social seria voltar-se á barbaria.

O freio democratico

Na direcção democratica, a burguezia mostrou-se igualmente machivellica. Tendo conquistado o poder politico, que lhe assegurava o imperio economico, não cuidou de quebrar o machivellismo da oppresão que ali alli funcionava em proveito da aristocracia. Limitou-se a rebocar a fachada do Estado, de modo a mudar-lhe o aspecto, fazendo-o aceitar pelo povo como um orgão novo.

Ora, na sociedade, de real só há as funções economicas, adequadas aos individuos e agrupamentos uteis. Por consequencia, toda cristallisação exterior, toda superfectação politica é uma excrecencia, parasitaria e oppressiva, — damosa portanto. Mas o povo não tinha consciencia disso, e foi facil enganar-o.

A burguezia, com o fim de pôr pelas á flor escencia da soberania economica, — realidade em germe da liberdade de associação que ella acabava de estrangular, — deu-vio o povo para a miragem da soberania politica, cujas manifestações impoentes não podiam incommodar a exploração capitalista.

O logro produziu tal effeito que a noção de igualdade politica, uma das mais insidiosas e que mais serviu, durante um seculo, de calmante as massas populares. Parece entretanto que não se necessita grande perspicacia para comprehender que o capitalista e o proletario, o proprietario de terras e o sem eira nem beira, não são iguaes. Não é porque uns e outros dispõem d'uma lista eleitoral que a igualdade é efectiva.

E o logro ainda dura! De tal modo que, hoje ainda, ha entre os melhores do povo que a longa sempre confiança nessas chiméras. São victimas d'uma logica superficial: o prestigio das massas populares que elles contaram e compararam com a frequência numerica da minoria dirigente, levou-os a calcular que bastaria educar essas massas para triumphar o povo, pelo logro normal das massas.

Não viram que o agrupamento democratico, com o suffragio universal por base não é uma agglomeração homogenea e per-

manente e que é impossivel coordenar-se para uma acção persistente. Esse agrupamento aproxima, fagmente, cidadãos entre os quaes não ha identidade de interesses, — como o patrão e o operario, — e quando os reune só deixa que se pronunciem as abstracções ou illusões.

A incoherencia dos parlamentos, a sua ignorancia das aspirações populares, — o a sua impotência tambem, — são factos tão baldados que se torna inutil insistir neles. Não é melhor o resultado quando se examinam as consequencias do suffragio universal, no circulo municipal. Alguns exemplos, rapidamente indicados o demonstram:

Ha cerca dum quarto de seculo que as municipalidades rurais estão, na maioria, em poder dos camponeses; os grandes proprietários não se onuseram a esta conquista, sabendo que, graças a fatalidades da moeda actual, e graças aos embaraços postos pelo poder central, nada de eficaz se poderia tentar em seu seio.

Nas regiões operárias onde, sob o pretexto socialista, se realizou esta mesma conquista das municipalidades, foi insignificante o beneficio para os trabalhadores. Essas municipalidades, aniquiladas pelo governo, não puderam realizar o seu programa, — e seguiram-se as decepções. Depois, outro perigo: o proletario desses centros, orientado para o esforço politico, empregou neste sentido toda a sua energia e desprezou a organização economica. De modo que os patrões, cuja ferocidade exploradora é illimitada, tiraram proveito do facto de não acharem, para lhes resistir, um bloco syndical activo e vigoroso.

No Norte (em Roubaix, Armentières, etc.) onde as municipalidades são ou foram socialistas, os salarios são terrivelmente baixos. O mesmo nas Ardenas: ali tinham-se constituído syndacatos numerosos, mas, tendo-se deixado absorver quasi completamente pela politica, perderam a força de resistir ao patrão.

A todas essas lras, ajunta o democraticismo, uma maior, se é possível: o progresso, todo o nosso passado historico o demonstra, e a consequencia dos esforços revolucionarios das minorias concientes. Ora o democraticismo organiza a suffocação das minorias em proveito das maiores carneirinhas e conservadoras.

O democraticismo, com seu suffragio universal e sua soberania politica, leva pois a cimentar a escravidão economica da classe operaria.

Renascimento do papel do syndical

A obra de desvio do movimento economico, tentada pela burguezia, só podia ser momentanea. O agrupamento corporativo não resulta dum cultura artificial; nasce e desenvolve-se, espontanea e fatalmente, em todos os meios. Acha-se na antiguidade, na idade-media, como hoje. E por toda a parte se verifica que o seu desenvolvimento foi estorvado pelos privilegios de que, temendo o poder de expansão desse agrupamento, tomavam contra elle medidas prohibitivas, sem comtudo conseguirem extirpar-o.

Não admira tão intensa vitalidade na associação corporativa: o seu aniquilamento definitivo é impossivel de realizar pois que para isso seria preciso destruir a propria sociedade. Effectivamente, o grupo corporativo tem as suas raizes no modo de produção e o delle deriva normalmente. Ora, como a associação para a produção é um inelutavel necessidade, como poderiam os trabalhadores, aglomerados para a produção, limitar a sua coordenação aos contactos e relações uteis somente ao patrão que tira proveito da sua exploração em commun? Pois que, para satisfazer os interesses economicos que constituem em feixe economico, era preciso que tivessem uma mentalidade de moluscos para não sabermos ultrapassar em suas relações entre explorados os limites postos pelo patrão.

Fatualmente, os operarios dotados dum pouco chinho de bom senso deviam chegar a verificar o antagonismo flagrante que os faz, — a elles, produtores — inimigos irreconciliaveis do patrão: este é o ladrão, elles os roubados. Entre elles o desacordo é, pois, tão radical que só politicos ou lacaios patronaes podem cantar «o accordo entre o Capital e o Trabalho».

Além disso, os salariados não podiam levar muito tempo a reconhecer que a capacidade patronal é tanto mais exigente quanto mais fraca for a resistencia operaria. Ora é facil notar que o isolamento do salariado constitue o seu maximo de fraqueza. Por consequencia, tendo já o agrupamento para a produção ensinado o explorado a apreciar os beneficios da associação, este não precisava de vontade e iniciativa para criar a sociedade de defesa proletaria — o SYNDICATO.

Em breve elle apreciaram o valor: a burguezia, que tem pouco medo do «Povo Eleitor», era contrangida pelo «Povo Sindicalizado» a reconhecer o direito de colligação e a liberdade syndical.

Em razão mesmo desses primeiros resultados, fizeram-se tentativas reiteradas

para afastar a classe operaria da orientação syndical. Apesar dessas manobras, o papel da sociedade de resistencia clarificou-se e precisou-se — de modo que, já agora, se pode delinir assim:

No meio actual, a sua missão permanente é de defender a corporação contra toda a diminuição de vitalidade, — isto é, contra toda a redução de salarios, augmento de horas de trabalho, etc.; depois tambem, á defensiva juntando a offensiva, preocupa-se com o augmento da somma de bem-estar da corporação, — o que apenas se pode realizar com ataques aos privilegios capitalistas e constitue uma especie de expropriação parcial.

Além desta tarefa de incessantes escaramuças, a associação de classe cuida da obra de emancipação integral de que será effica agente; essa obra consistirá em tomar posse das riquezas sociais, hoje monopolizadas pela burguezia, e em reorganizar a sociedade sobre bases communistas, de maneira que com o minimo de esforços produzivos se obtenha o maximo de bem-estar.

O Direito syndical

Fis constituído o syndicato. Em determinada corporação uma pequena minoria de audaciosos ou amargos ergue-se em face dos exploitados e cria uma sociedade de resistencia.

Qual será a attitude desse punhado de militantes? Vão esperar para apresentar as suas reivindicações, o recrutamento senão da totalidade, ao menos da maioria dos companheiros da profissão?

Assim fariam, se transportassem para o terreno economico os prejuizos *maioritários* venerados no dominio politico.

Mas, como as necessidades da lucta podem mais que os sophismas democraticos, a logica da vida leva-os á acção por vias novas e contrarias ás formulas politicas de que os assaltaram. E não é preciso, para que isto se dê, que esses militantes tenham uma dose consideravel de «consciencia»; basta que os não paralizem as formulas e as abstracções.

Vin-se mesmo, em circumstancia grave, o politico Basly render homenagem aos principios syndicalistas, reclamando a sua applicação. É claro que era para astucia e que elle tinha em vista, com esta manobra, o desprestigio das tendencias revolucionarias. Era em 1911, no Congresso dos mineiros realizado em Lens e onde se discutia a questão da Grève Geral corporativa. Para estorvar o movimento, Basly propôs que se recorresse a um *ref-entente*, e rompendo com as theorias democraticas, fez decidir que o numero dos não-votantes fosse accrescentado á da maioria.

Teriam admirado muito esse politico, que se cre ástimo, explicando-lhe que em vez de ter usado um artil (cujo resultado lhe foi contrario) acabava de agir como revolucionario e tinha-se inspirado nas theorias syndicalistas. Com effeito, nesta circumstancia, Basly desdenhou a opinião dos inconcientes e reconheceu que são zeros humanos que se juntam á direita das unidades concientes, — seres inertes cujas forças latentes só se movem ao impulso dos energicos e audazes. Este modo de ver é a pilagem das theorias democraticas que, proclamando a igualdade dos direitos para todos, ensinam que a soberania popular se desprende do suffragio universal. Basly não viu! Achando-se num meio economico, inapropiado-se da sua atmosfera e esqueceu, por um instante, as suas theorias politicas.

Convém acrescentar que nunca o democraticismo teve vogas nos agrupamentos corporativos. Em face das necessidades sociais, os militantes dos syndicatos resolveram, segundo o bom senso. A sua acção precedeu, pois, a formulação dos principios do syndicalismo. Nunca os trabalhadores syndicalizados supuseram que lhes fosse necessario primeiro alistar a quasi unanimidade da corporação, depois, proceder a uma consulta em regra para, em seguida, conformar a sua acção á vontade da maioria. Agruparam-se, no maior numero possivel, e formularam as suas vontades, não tendo em conta os inconcientes.

Nada de mais normal! Devemos distinguir entre o direito teorico e abstracto que o democraticismo faz brilhar a nossos olhos e o direito real e tangivel, que é simplesmente a totalização dos nossos interesses e cuja proclamação tem por ponto de partida um acto de consciencia individual.

O direito que tem todo o individuo de se levantar contra a oppresão e a exploração, é impracticavel; fosse tal individuo só contra todos, e o seu direito de rei reivindicado e de revolta continuaria intangivel. Se apprez á multidão curvar a espalpa, lambes as botas dos senhores, tue importa! O homem que aborrece essa baixaria e que, não querendo sofrer-la, se ergue a revolta, — esse tem razão contra todos! O direito é luminoso, formal, incontestavel, — e o direito das multidões agachadas é uma quantidade desprezivel que não pôde ser-lhe opposta. Para estas, o direito só começará a tomar corpo e a ser respeitavel no dia em que, cansadas de obedecer e tra-

balhar para os outros, pensarem em revoltar-se.

Portanto, sempre que se forma um grupo onde se achem em contacto homens conscientes, estes não devem ter em consideração a apatia da massa. É já bastante lamentável que os inconscientes recusem usar os seus direitos, sem ainda lhes reconhecer o estranho privilégio de estorvar a proclamação e a realização do direito dos conscientes.

Muito naturalmente, e sem que a teoria tenha sido elaborada *a priori*—foi inspirando-se nessas ideias directrizes que se constituíram, tem agido e continuam a agir os sindicatos.

Resulta que o *direito sindical* nada tem de comum com o *direito democrático*. Este é a expressão das maiorias inconscientes que fazem massa para sufocar as minorias conscientes; em virtude do dogma da soberania popular, estabelecido embora como ponto de partida que todos os homens são irmãos e iguais, traz como consequência a sanção da escravidão económica e a opressão dos homens de iniciativa, de progresso, de ciência e de liberdade.

O *direito sindical* é exactamente o contrário! Parte da soberania individual, da autonomia do ser humano, e vai dar ao acordo para a vida, — a solidariedade. De sorte que a sua consequência lógica e inelutável é a realização da liberdade e igualdade sociais.

Concebe-se, pois, que em virtude da sua soberania individual que, no sindicato, se fortifica ao contacto de soberanias idênticas, os trabalhadores não esperem para manifestar a sua vontade o assentimento da totalidade da corporação: pensam e actuam em nome dela, — como o seu grupo realmente composto dessa totalidade. Por extensão lógica, são conduzidos a pensar e a agir como se fossem a totalidade da classe operária, o povo inteiro.

O que indica ainda quanta razão têm os militantes sindicalistas quando se consideram como sintetizadores das aspirações e vontades de todos, é o facto de, exigindo-o as circunstâncias, — em caso de conflito com o patrão, por exemplo, — correrem os não sindicalizados ao sindicato, agrupando-se e batilhando espontaneamente ao lado das camaradas que, com paciência e energia, preparam a acção.

Os não sindicalizados, os inconscientes, não devem irritar-se com esta espécie de tutela moral que se irroga aos «conscientes». Os militantes não eliminam nenhuma das vontades, e quem não esse de ser tido por quantidade desprezível, pode subtrahir-se à inferioridade saindo do isolamento, sacudindo a sua inércia, — associando-se.

Demais seriam mal cabidas as recriminações dos retardatários, porque estes, não correndo os riscos da luta, aproveitam dos resultados adquiridos pelos camaradas conscientes e militantes.

Esta extensão a todos dos proveitos da acção de alguns, prova a superioridade do *Direito Sindical* sobre o *Direito Democrático*. Como estamos longe das misérias burguezas que especificam que cada um obreiro do destino próprio! Na classe operária, sabe cada um que militando para si, trabalha para todos e a ninguém vem à ideia que isso seja motivo de recriminação ou de inação.

Os trabalhadores desdenham as estreitezas e as mesquinhas do egoísmo burguez que, sob pretexto de expansão individual, gera miséria e morte, seca as fontes da vida; convencidos de que o acordo para a vida é a condição de todo progresso social, identificam o seu interesse com o interesse comum. Eis porque, agindo, fazem-no, não em seu nome pessoal, mas em nome da corporação, cujos destinos elles defendem. Por extensão lógica, não limitam a sua actividade ao círculo corporativo, mas estendem-na à classe operária inteira e apresentam reivindicações gerais. Assim, quando arrancam um melhoramento ao Capital, desejam que todos aproveitem, — todos! — os não sindicalizados, os inconscientes, e até os traidores!

Este sentimento de larga fraternidade, esta compreensão tão profundamente humana do acordo social, tornam bello o sindicalismo. É indiscutível a sua superioridade sobre os princípios democráticos, que geram somente vilanias, lutas fratricidas, desaccordo social.

Assim, o *Direito sindical* indica-se como a expressão do direito novo, profundamente humano, surgindo das consciências populares e que, em face dos antigos dogmas, prepara o renascimento social: o desabrochamento duma sociedade onde o regime opressivo da lei será substituído pelo regime dos livres contratos, consentidos pelos interessados e por elles aperfeiçoados ou revogados à vontade; onde a produção capitalista será substituída pelo federalismo económico, — realizado pela coesão dos grupos de produção, — o qual garantirá a ser humano o máximo de bem estar e de liberdade.

EMILIO POUGET

Os trabalhadores são pequenos por que estão de joelhos.

O 1º DE MAIO NA FRANÇA

A propósito desta data aproveitada em certos recantos da terra para funções mais ou menos ruidosas, espalha a «Confederação Geral do Trabalho», por todos os centros operários da França, a seguinte proclamação:

«Nós queremos o dia de oito horas. Camaradas do Trabalho!

A redução a oito horas da duração do trabalho é uma das mais constantes preocupações da classe operária. A necessidade desta melhoria foi demonstrada muitas vezes e com abundância de provas.

A redução do tempo de trabalho impõe-se tanto sob o ponto de vista physico, como moral e social.

Sob o ponto de vista physico, é evidente que os longos dias de trabalho esgotam o organismo e predisponem para numerosas doenças.

Sob o ponto de vista moral, os longos dias de trabalho são terrivelmente perniciosos; resvalam o ser humano ao papel vegetativo de besta de carga, entravando a expansão dos seus sentimentos, impedindo-o de criar um interior, amar e pensar! Depois ainda, os longos dias de trabalho predisponem ao alcoolismo que define a raça e nos torna mais dóceis à exploração capitalista.

Sob o ponto de vista social, diminuição do dia de trabalho como consequência immediata a atenuação da falta de trabalho, — uma das mais horrendas chagas que engendra a produção incoherente, sob o regimen capitalista.

Ha pois interesse individual e interesse de solidariedade — em reduzir o mais possível a duração do Trabalho.

Com effeito, cada um de nós, além do beneficio immediato e pessoal que advem da redução das horas de trabalho, tem o prazer de se associar a uma necessidade de solidariedade: abraçando menos, nós mesmo creamos para nossos irmãos sem trabalho, a possibilidade d'entrada para o atelier ou a officina. Por outro lado, um menor labor eleva a nossa dignidade, faz-nos mais conscientes, mais fortes e, consequentemente, mais aptos para defender os nossos interesses sociais e preparar a emancipação integral.

Assim é de toda a necessidade conquistar o dia d'oito horas e tambem o seu corolario logico, o repouso hebdomadario.

Hoje ainda, corporações inteiras, principalmente as que servem de intermediarias entre o produtor e o consumidor (operários da alimentação, empregados, barbeiros, etc.) são tratados como párias e forçados a fornecer dias de 12 e 15 horas de trabalho quotidiano.

Para estas corporações a conquista do repouso hebdomadario é o caminho para o dia de oito horas. Uma implicação a outra! E é justamente esta inelutavel concordancia que solidariza os interesses de todos os trabalhadores e faz que o interesse d'uns não é senão a repercussão dos interesses dos outros.

Que é preciso fazer?

Foi a questão posta ao congresso corporativo de Bourges.

Devemos nós, como se tem demasiada tendencia a fazer, continuar a repousar sobre a vontade dos legisladores?

Não! De nós mesmo deve vir a melhoria da nossa sorte! As liberdades não se mendigam: arrancam-se em luta vigorosa!

Pois, em conclusão, o Congresso de Bourges decidiu indicar uma data (demasiado afastada, para que nós todos possamos pôr-nos de accordo), e foi acordado que, a partir desta data, os trabalhadores não deverão consentir em trabalhar mais de oito horas. A's oito horas cumpridas, sahirão dos ateliers, das officinas, abandonarão os estaleiros, significando assim ao patrão a sua vontade de não mais serem explorados —

esperando melhor — senão oito horas por dia.

Como de justiça, a redução da duração do trabalho não deverá corresponder uma redução de salario, nem um augmento do preço dos productos. Queremos que o melhoramento conquistado seja real. Dependerá de vós. Para que o seja, é necessario que comporte uma redução dos privilegios capitalistas.

A data escolhida é a do 1º de maio de 1903, portanto a partir do 1º de maio de 1906 não trabalharemos senão oito horas!

Camaradas! Não se trata de esperar que outros se occupem da nossa sorte. Cumpra a cada um de nós actuar. O esforço deve vir de baixo, de todos, de toda a parte.

Actuemos! Actuemos sem treguas nem repouso! Façamos cada qual propaganda no nosso meio! Que desde já todos os syndicatos se preocupem a impor o dia maximo de oito horas na sua classe! Que em todos os centros, que em todas as Bolsas de Trabalho se formem Comités de agitação em favor das oito horas!... E por nossos esforços concordantes e infatigaveis, crearemos uma corrente de opinião que quebrará todas as resistencias!

Querer é poder!

Queremos pois o dia de oito horas, e tel-o-emos!

Mas, não nos iludamos, a conquista do dia de oito horas não é senão o caminho para um fim mais grandioso. O que pretendemos é a abolição da Exploração Humana. A Bastilha Social não pôde acabar senão quando realisa a Expropriação Capitalista, e o Povo estiver senhor dos seus destinos.

O Comité Confederal.

Federação das Associações de Classe

Proximamente vão ser novamente convidadas todas as associações operarias, federadas ou não para que se façam representar na reunião em que a comissão nomeada para a elaboração dos novos estatutos desta federação, apresentará seus trabalhos para a devida discussão e approvação.

Com a reforma de seus estatutos a federação entrará em uma nova phase e as associações que até agora não fazem parte da mesma, por não estarem de accordo com suas bases, têm o ensejo de contribuir para que suas aspirações sejam tomadas em conta dando vida a uma instituição, que por ser genuinamente operaria, poderá perfeitamente corresponder ás necessidades da luta economica, que é a unica que convem aos trabalhadores.

Eis aqui a idéa que devemos formar dos ricos e dos ávaros: são ladrões que assaltam os caminhos publicos, despojam aos passageiros e convertem suas casas em cavernas donde occultam os thesouros dos outros.

S. João Christostomo.

Explicação necessaria

Tendo o conselho federal, encarregado da publicação do numero especial commemorativo da data de 1º de Maio, resolvido publicar — As bases do syndicalismo, — trabalho que tomou bastante espaço, e não sendo por isso possível publicar todos os artigos que nos vieram de varias associações, deliberou o mesmo conselho não publicar senão a materia que tinha em mão. Pedimos pois desculpa ás directorias das nossas co-irmãs

DIREÇÃO DAS SOCIEDADES

DE RESISTENCIA

Existentes no Rio de Janeiro

- Liga dos Artistas Alfaiates, Largo S. Domingos N. 11.
- Centro Internacional dos Pintores, Largo de S. Domingos, 11
- Sociedade de Carpinteiros, e Artes Correlativas, Rua Senhor dos Passos, 82.
- Associação de Classe União dos Estudantes, Largo de S. Domingos, N. 11.
- Associação de Classe dos Operários em Pedreiras, Avenida Passos, 50.
- Associação de Classe União dos Chapeleiros, Avenida Passos, 50.
- Centro Geral dos Fogueiros, Rua da Saude, 169.
- Associação de Classe União dos Pedreiros, Rua Senhor dos Passos, 82.
- Associação de Classe União dos Manipuladores de Tabaco, Rua Senhor de Passos, 82.
- Sociedade de Resistencia Marinheiros e Remadores, Rua da Saude, 169.
- União dos Recebedores em Ferr-Carrie, Rua Senhor dos Passos N. 82.
- Centro dos Operários Mar-moristas, Praça Tiradentes, 71.
- Associação Protectora dos Operários Funileiros Bombeiros e Gazistas, Rua General Camara, 317
- Liga das Artes Graphicas, Avenida Passos, 30.
- União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros, Avenida Passos, N. 30.
- Sociedade de Classe União dos Marceneiros, Rua Larga de S. Joaquim, 100.
- União dos Machinistas Terrestres e Artes Correlativas, Rua da Alfandega, 135.
- União dos Operários Es-tivadores, Avenida Passos, 50.
- Associação de Resistencia dos Trabalhadores em Carvão, Avenida Passos, 50.
- Centro Cosmopolita, Rua Lavradio, 39.
- Congresso União das Pedreiras, Rua da Passagem, 36.

Existentes em S. Paulo

- União dos Trabalhadores Graphicos, Largo do Palacio, 7.
- União dos Chapeleiros, Largo Paysandú, 44.
- Trabalhadores em Madeira, Largo Paysandú, 44.
- União dos Pedreiros, Largo Paysandú, 44.

Rogamos as redações de todos os Jornaes operarios que se publicam no Brazil e no estrangeiro, para que mandem ás sociedades acima um exemplar de todas as publicações com caracter social.

O que pretende fazer-se dono de tudo possuio-o por inteiro e excluir aos seus semelhantes da terceira ou quarta parte, não é um irmão senão um tyranno, um barbaro cruel, ou por melhor dizer, uma besta feroz, cuja garganta está sempre aberta para devorar o alimento alheio.

S. Gregorio de Niza.

Typ. Miotto, Alfandega 227